

O PMDB e o PFL lançaram mão de diferentes táticas para, enfim, entrar em entendimento e votar amanhã o substitutivo do relator Fernando Henrique Cardoso ao regimento interno da Constituinte. Ontem, depois de uma longa reunião com Ulysses Guimarães, os líderes Luiz Henrique (PMDB) e José Lourenço (PFL) pareciam satisfeitos. Ambos comemoravam a tática empregada: o PMDB pediu muito e conseguiu o razoável; o PFL fez muito barulho contra os projetos de decisão, denunciando que a intenção oculta era reduzir o mandato presidencial, mas sabia que o Planalto acalmaria o PMDB em relação a isso.

Para fechar o acordo dos líderes, o discutido parágrafo 7º do artigo 57 do regimento acabou sofrendo ontem uma última modificação — e agora é uma mistura do início da emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) com o final da proposta de Fernando Henrique. A única novidade é a criação da figura dos “atos soberanos da Constituinte” — e o tal 7º parágrafo ficou com a seguinte redação:

“O projeto de decisão destina-se a so-

brestrar medidas que possam ameaçar os trabalhos e os atos soberanos da Assembléia, necessitando ter o apoio de um terço dos constituintes e será submetido a parecer prévio da Comissão de Sistematização, que o fará no prazo de cinco dias, cabendo ao plenário, em dois turnos de discussão e votação, e por maioria absoluta, a decisão final, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário”.

O novo texto do parágrafo foi antecipado ontem pelo líder do PMDB Luiz Henrique, que explicou: com isso, a Constituinte apenas pode se defender, jamais tomar iniciativas. E citou como exemplo as medidas de emergência que, se forem decretadas, e a Constituinte entender serem elas uma ameaça à soberania de seus trabalhos, a própria Assembléia poderá sustá-las.

O PFL pretendia evitar a redação que o relator dera ao 7º parágrafo do artigo 57 que, segundo sua interpretação, abriria caminho para anular do texto constitucional os dispositivos que tratam do estado de emergência. E acha que conseguiu. Toda a reação do PFL contra o projeto de decisão

Regimento: os líderes do PMDB e do PFL juram que agora sai o acordo.

tinha em mira, na verdade, impedir que as esquerdas eliminassem do texto da atual Carta as chamadas salvaguardas do Estado. Os demais temas polêmicos foram superados nas conversas entre os líderes do PMDB, PFL, PDT, PTB e PCB. O acordo, porém, não recebeu apoio das lideranças do PC do B e do PT.

Tudo acertado

Resolvido o ponto mais polêmico do regimento, o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, assinalava ontem à noite que

o acordo já está “praticamente selado”. Embora reconheça que ainda faltam alguns ajustes finais, ele acredita que os 120 destaques solicitados possam ser reduzidos a 20, no máximo: “Muitos que foram apresentados são apenas uma tomada de posição partidária, muito mais para constar dos anais da Constituinte que propriamente para alterar substancialmente o regimento”.

Resolvida a questão dos destaques, Sant'Anna prevê que a votação será mais facilmente encaminhada. E acredita também que não haverá problema de quórum. O líder Luiz Henrique concorda — e espera para hoje uma “verdadeira festa cívica” com a aprovação do regimento: “Assim poderemos iniciar rapidamente os trabalhos de elaboração da nova Constituição”.

Mesmo assim, o PDT, PT, PSB e PC do B duvidavam ontem da possibilidade de um acordo, reiterando sua posição em favor da soberania da Constituinte. Na opinião do líder do PTB, Gastone Righi, o regimento será aprovado hoje de qualquer forma — “ainda que cada constituinte tenha uma objeção a esse regimento”. “É inacreditável o

que vai acontecer”, previu Righi. “Vamos acabar aprovando o regimento interno por pressão da opinião pública”.

Costura Final

Ulysses Guimarães também estava satisfeito ontem com o desfecho da questão. Bem-humorado, mesmo depois de um dia bastante agitado, ele passou o final da tarde recebendo parlamentares em seu gabinete e acertando os detalhes finais do acordo para a votação de hoje. Quanto à duração do mandato presidencial, Ulysses acabou esfriando um pouco o debate: “O assunto será definido pelo plenário da Constituinte”.

No início da tarde, Ulysses abriu a primeira sessão ordinária da Constituinte depois dos feriados do carnaval, anunciando a presença, na Casa, de 135 parlamentares. Mas teve que suspendê-la, pois no plenário não havia mais de 50 constituintes. Meia hora depois, o quórum de 94 não havia sido alcançado, mas a sessão foi reaberta. O deputado Aluizio Campos (PMDB-PB) ocupou a tribuna para registrar que o ex-deputado Raymundo Asfora “deixou voluntariamente a vida terrena”.